



130

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº 00100125-28.2013.8.17.0000 (0315448-9)

COMARCA: Arcoverde – Vara Criminal
IMPETRANTE: Acácio Ferreira de Andrade Junior
PACIENTE: Rogério dos Santos Silva
PROCURADOR: Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATOR SUBSTITUTO: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. *HABEAS CORPUS*. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO TENTADO. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA PARA MANUTENÇÃO DO DECRETO PREVENTIVO. INOCORRÊNCIA. ATRIBUTOS PESSOAIS FAVORÁVEIS. INSUFICIENTES POR SI PARA ASSEGURAR A LIBERDADE. EXCESSO DE PRAZO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO.

I – Restou concretamente fundamentada a manutenção da custódia cautelar, para garantia da aplicação da lei penal (CPP – art. 312), em razão da fuga do Paciente, que permaneceu mais de doze anos ausente do distrito da culpa até sua captura. Precedentes do STJ.

II – Sendo imperiosa a necessidade da prisão preventiva, a existência eventual de atributos pessoais favoráveis não a elide, assegurando, isoladamente, a liberdade – Precedentes do STJ e da Súmula 086-TJPE. Em face do mesmo argumento, mostra-se inadmissível a substituição por quaisquer das medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319 do CPP, nos termos dos arts. 282, § 6º, do mesmo Estatuto Processual.

III – Não se verificou o alegado constrangimento ilegal suportado pelo Paciente, eis que o mesmo contribuiu com sua fuga para o retardo da marcha processual. Ademais, não se pode atribuir desídia à Togada monocrática na condução do feito, que tramita nos limites da razoabilidade, já estando designada audiência para o dia 22 de outubro próximo, quando a instrução poderá ser encerrada.

IV – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos nos presentes autos de *Habeas Corpus* nº 00010125-28.2013.8.17.0000 (0315448-9), no qual figura como parte a acima nomeada, **ACORDAM** os Desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade**, em **denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife/PE, 24 de setembro de 2014.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima - Relator Substituto



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

13.1

HABEAS CORPUS Nº 00100125-28.2013.8.17.0000 (0315448-9)

COMARCA: Arcoverde – Vara Criminal
IMPETRANTE: Acácio Ferreira de Andrade Junior
PACIENTE: Rogério dos Santos Silva
PROCURADOR: Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti
RELATOR SUBSTITUTO: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

RELATÓRIO

Trata-se de *Habeas Corpus* impetrado por Acácio Ferreira de Andrade Junior, Advogado, com fundamento no art. 5º, LXVIII, da CF, c/c arts. 647 e seguintes, do CPP, em favor de **ROGÉRIO DOS SANTOS SILVA**, qualificado à fl. 02, apontando como autoridade coatora o Juízo da Vara Criminal da Comarca de Arcoverde/PE, nos autos da **Ação Penal nº 0000032-45.2001.8.17.0220**, a que o Paciente responde pela suposta prática do delito tipificado no art. 121, § 2º, inciso IV, c/c art. 14, II, , ambos do Código Penal (*homicídio qualificado tentado*).

Em resumo, sustenta o impetrante (fls. 02/15) que o Paciente sofre constrangimento ilegal em sua liberdade de locomoção, ante a carência de fundamentação idônea para manutenção da prisão preventiva, além de estarem assentes as condições pessoais favoráveis da primariedade, bons antecedentes e residência fixa.

Alega, ainda, excesso de prazo para término do Sumário, eis que o Paciente se encontra preso desde o dia **01/06/2013**, sem que haja previsão para ser interrogado.

Desse modo, persegue a revogação da custódia cautelar.

À inicial foram acostados os documentos de fls. 16/30.

Na Decisão Interlocutória de fls. 44/46, foi indeferido o pleito liminar, sendo solicitadas as informações à autoridade dita coatora no Despacho de fl. 55.

A Togada singular ressaltou a impossibilidade de prestar as informações, por se encontrar o Processo originário nesta Corte (fl. 60).

No Despacho de fl. 67, foi determinada nova expedição de ofício ao Juízo de 1º grau, a fim de que fosse informado acerca de possível desmembramento dos autos originários, vez que o recurso de **Apelação nº 0244919-6** teve como Apelante **CLAUDENILSON TENÓRIO DOS SANTOS**. Ainda foi determinado o apensamento de cópia do referido feito, por ter sido julgado o aludido recurso (fl. 72).



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal


132

A Magistrada singular informou que não houve o desmembramento do feito originário (fl. 97), cuja cópia foi apensada a este *writ* em dois volumes (fl. 118).

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti, ofertou Parecer, opinando por seu conhecido parcialmente o presente *mandamus* e, nessa extensão, denegada a ordem (fls. 121/126).

É o relatório.

Recife, 24 de 8^{to} de 2014.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator Substituto



133

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

HABEAS CORPUS Nº 00100125-28.2013.8.17.0000 (0315448-9)

COMARCA: Arcoverde – Vara Criminal

IMPETRANTE: Acácio Ferreira de Andrade Junior

PACIENTE: Rogério dos Santos Silva

PROCURADOR: Dr. Antônio Carlos de Oliveira Cavalcanti

RELATOR SUBSTITUTO: Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima

VOTO

Como relatado, cuida-se de *Habeas Corpus* impetrado em favor de **ROGÉRIO DOS SANTOS SILVA**, mediante o qual se persegue a revogação da custódia cautelar, por ausência de fundamentação idônea para sua manutenção e excesso de prazo para término do Sumário, além de estarem assentes condições pessoais favoráveis.

Razão não assiste ao impetrante.

Narra a Denúncia, cuja cópia se encontra às fls. 02/04 dos autos apensados, que, no dia 30/10/1999, por volta das 16h, em um bar na Rua Josino Severo de Araújo, em São Cristóvão, no município de Arcoverde/PE, o acusado **ROGÉRIO DOS SANTOS SILVA**, fazendo uso de um revólver calibre 38 e com participação dos denunciados **HÉLDER NORBERTO**, vulgo “Juca”, e **CLAUDENILSON TENÓRIO DOS SANTOS**, conhecido como “Nilson”, efetuou diversos disparos certos contra a pessoa de **Edilson de Souza Lima**, que não foi a óbito por circunstâncias alheias à vontade dos acusados.

Consta que a vítima se encontrava com alguns amigos no bar da testemunha **Maria Aparecida Bezerra da Silva**, conhecida como “Tiazinha”, quando um desses amigos, a testemunha **Valdemir Bezerra da Silva**, apalpou as nádegas da dona do estabelecimento, originando-se daí um desentendimento entre os presentes, no desenrolar do qual a vítima entrou em luta corporal com o denunciado **HELDER**. Nessa ocasião, o acusado **CLAUDENILSON** entregou a arma de fogo a **HELDER**, que a respassou ao denunciado **ROGÉRIO**, o qual efetuou 06 (seis) disparos certos na vítima, que não teve oportunidade de defesa.

Com o acusado **HELDER**, após a prática delituosa, foram apreendidos 03 (três) cartuchos intactos, calibre 38.

De acordo com pesquisa realizada no Judwin de 1º grau, da qual acosto duas laudas, observa-se que, ao manter a custódia preventiva, indeferindo pleito de revogação ajuizado pelo ora Paciente, a Togada monocrática prolatou Decisão, datada de 15/04/2014, nos seguintes termos:



134

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

“O acusado **ROGÉRIO DOS SANTOS SILVA** tem contra si decreto preventivo exarado às fls. 53, datado de 22/03/01, fundado na ausência deste do distrito da culpa. Dos autos consta a informação de que o denunciado **só foi preso em 01/06/2013, fls. 506.**

Consoante norma processual o acusado foi citado por edital, fls. 51, sendo determinada a antecipação probatória e nomeado-lhe defensor dativo, fls. 53.

O denunciado **HELDER NORBERTO** foi pronunciado, fls. 75/77 e impetrou recurso em sentido estrito, fls. 79, tendo este juízo cumprido o que dispõe o art. 589, do CPP, fls. 93.

Já o réu **CLAUDENILSON TENÓRIO DOS SANTOS** foi julgado e absolvido pelo Tribunal do Júri em 14 de abril de 2011, fls. 417, tendo o MP recorrido da decisão, no entanto, esta foi mantida pelo E. TJPE, fls. 467.

Agora veio **ROGÉRIO DOS SANTOS SILVA** através da Defensoria Pública do Estado, requerer o relaxamento da prisão de sua prisão, alegando em apertada síntese que o feito não foi separado em relação ao acusado **HELDER NORBERTO** e que por esse motivo está havendo cerceamento de defesa e por entender que a prisão é ilegal..

Dada vista ao Ministério Público, este opinou pelo indeferimento do pedido, sustentando que a instrução do feito está em fase final e que a ordem pública deve ser preservada, ante a gravidade concreta do delito.

Relatado. Decido.

Trata-se de pedido de relaxamento de prisão em que a defesa alega ser a prisão ilegal, porque os autos não foram apartados em relação ao acusado **ROGÉRIO DOS SANTOS SILVA**, atualmente preso.

É cediço na doutrina e na jurisprudência pátrias que a fuga do distrito da culpa por si só já é motivo suficiente para a decretação da prisão preventiva, e no caso em análise o que se percebe é que o denunciado **ROGÉRIO DOS SANTOS SILVA** nunca teve a intenção de colaborar com a Justiça, só vindo a comparecer nos autos em 01/06/2013, quando foi preso.

apesar do feito não havendo sido separado, os autos já se encontram na Comarca e não há no que se falar em ilegalidade da prisão, mormente porque presentes os motivos ensejadores do decreto preventivo.

Portanto, o requerente **ROGÉRIO DOS SANTOS SILVA** manteve-se foragido do distrito da culpa por mais de 12 anos, notadamente desde 30 de outubro de 1999 até 01/06/2013, quando foi preso.

Por isso, o que se percebe é que ele sempre procurou se furtar à futura aplicação da lei penal, requisito para a prisão preventiva, estampado no art. 312, CPP. O que por si só já é motivo suficiente para manutenção da custódia cautelar.

Neste esteio entendo que os motivos ensejadores da prisão preventiva mantêm-se hígidos e também não se apresentaram fatos novos que pudessem conduzir este Juízo à revogação do decreto cautelar, portanto, nos termos do art. 316, CPP, mantenho a prisão preventiva do acusado e **determino a sua citação pessoal.**”

De se ver que a Magistrada singular justificou a manutenção da medida extrema, para garantia da aplicação da lei penal (CPP – art. 312), em razão da fuga do ora Paciente, uma vez que o mesmo permaneceu mais de 12 (doze) anos ausente do distrito da culpa, o que se coaduna com entendimento jurisprudencial pacificado (AgRg no HC 300.182/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado



135

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal

em 04/09/2014, DJe 19/09/2014), evidenciando, portanto, concretude na fundamentação apresentada, diversamente do alegado pelo impetrante.

Aliás, não fez prova o impetrante de que o Paciente estivesse sendo ameaçado, depois de ocorrido o delito, o que teria motivado sua mudança de endereço para o Estado de São Paulo. Do mesmo modo, inexistente neste *writ* comprovação acerca do suposto acidente de moto suportado pelo Paciente, que denotaria necessidade de tratamento médico e fisioterápico. De qualquer sorte, ainda que carecesse de tais cuidados, tal circunstância não se mostraria idônea para autorizar a soltura, eis que o tratamento pode se dar no estabelecimento prisional.

Importa ressaltar que, evidenciada a necessidade da custódia cautelar, a existência eventual de atributos pessoais favoráveis não a elide, assegurando, isoladamente, a liberdade (HC 260.436/SP, Rel. Ministro CAMPOS MARQUES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PR), QUINTA TURMA, julgado em 21/02/2013, DJe 27/02/2013; e Súmula 086-TJPE).

Em face do mesmo argumento, mostra-se incabível a substituição por quaisquer das medidas cautelares diversas da prisão, previstas no art. 319, do CPP, segundo dicção do art. 282, § 6º, do mesmo Estatuto Processual¹.

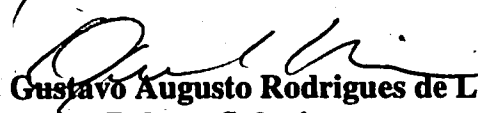
Por outro lado, tampouco se denotou o alegado constrangimento ilegal por excesso de prazo. É que o ora Paciente contribuiu para o retardo na tramitação do feito, em face de sua fuga por tantos anos, eis que o fato se deu em 30/10/1999 e o Paciente só veio a ser preso em 01/06/2013.

Ademais, não se pode atribuir desídia à Togada monocrática na condução do processo (RHC 46.533/MS, Rel. Ministra LAURITA VAZ, QUINTA TURMA, julgado em 05/08/2014, DJe 21/08/2014), que tramita nos limites da razoabilidade, já estando designada audiência para o dia 22 de outubro próximo, quando a instrução poderá ser encerrada.

Ante o exposto, denego a ordem.

É como voto.

Recife, 29 de setembro de 2014.


Des. Gustavo Augusto Rodrigues de Lima
Relator Substituto

¹ CPP, Art. 282. § 6º A prisão preventiva será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar (art. 319).